

Revisitando as Hipóteses de Manuel Correia de Andrade: a questão da mão de obra

Rafael Aubert de Araujo Barros¹
Amanda Cristina Silva dos Santos²
Luiz Eduardo Simões de Souza³

Resumo

Estas notas visam apresentar o exame da obra do Historiador, Geógrafo e Economista pernambucano Manoel Correia de Andrade (1922 – 2007) no aspecto particular das hipóteses formuladas por este a respeito das condições da mão de obra nordestina, em seu caráter de intensividade, especialização, dispersão territorial e dinâmica espacial.

Palavras-Chave: Manoel Correia de Andrade; Economia Nordestina; Historiografia Econômica do Brasil; Economia Regional; Economia do Desenvolvimento.

Abstract

These notes propose an examination of the work of Brazilian historian, geographer and economist Manoel Correia de Andrade (1922 – 2007), on the particular aspect of the hypotheses formulated by him to the conditions of the Brazilian Northeastern labor force, in its characters of intensiveness, specialization, territorial dispersion and spatial dynamics.

Keywords: Manoel Correia de Andrade; Northeastern Economy; Economic Historiography of Brazil; Regional Economy; Development Economics.

1 Economista e Mestrando da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
2 Graduanda e Bolsista de Iniciação Científica em Economia – UFAL.
3 Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Revisitando as Hipóteses de Manuel Correia de Andrade: A Questão da Mão de Obra

Introdução

Estas notas visam apresentar o exame da obra do Historiador, Geógrafo e Economista pernambucano Manoel Correia de Andrade (1922 – 2007) no aspecto particular das hipóteses formuladas por este a respeito das condições da mão de obra nordestina, em seu caráter de intensividade, especialização, dispersão territorial e dinâmica espacial.

Manuel Correia de Andrade desenvolveu, ao longo de seu trabalho, o conceito de “mosaico nordestino” para explicar a formação histórica da economia daquela região. Transitando com desenvoltura entre várias áreas – Geografia, História, Economia, Sociologia – e em seus interstícios, o autor de *A Terra e o Homem no Nordeste*, à maneira de Josué de Castro e da tradição de pensadores brasileiros de sua geração (Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, e outros) buscou, ao longo de sua vida acadêmica, a explicação de um problema de solução necessariamente multidisciplinar: o subdesenvolvimento e a pobreza, presentes em um país naturalmente rico como o Brasil.

Aspectos da formação nordestina: os sistemas de cultura

A formação do nordeste se deu em um processo cuja organização atual só se definiu no século XIX, mesmo que este tenha sido o primeiro território ocupado. A primeira formação econômica brasileira, formulada no século XVIII, incluía o nordeste nas províncias do norte que também englobavam o atual nordeste e a Amazônia, esta formação estava relacionada à estagnação econômica da região nordeste devido as quedas do preço do açúcar, enquanto que as províncias do sul formadas pelo que é hoje o sudeste e sul mostrava os efeitos do ciclo do ouro (1700-1760). Passa-se a diferenciar a região amazônica do Nordeste com o desenrolar do ciclo da borracha, isso culmina com a substituição da análise da definição de espacial, social e cultura do determinismo naturalista para a análise da sociologia culturalista que torna a região nordeste centrada no nordeste açucareiro

de Alagoas ao Rio Grande do Norte. A atual formação nordestina foi formulada em 1940 pelo IBGE, caracterizando-a por sua área coberta pelo clima semiárido, sujeita a secas periódicas.

O cenário econômico não homogêneo conhecido como “o mosaico regional nordestino” foi formado por dois elementos principais as atividades de produção de açúcar e a pecuária que geraram um subconjunto de atividades: algodão, babaçu, cacau, carnaúba, coco, fumo, sal etc.

Em sua obra *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963), Manuel Correia de Andrade tratou das relações de trabalho dominantes no meio rural, dos processos de ocupação e apropriação do espaço nordestino, Isto resultou que em um obra que explicita que a própria estrutura agroexportadora com falta de desenvolvimento cultural que provia mão-de-obra mal qualificada era muito resistente as ações voltadas para a mudança e que estava constantemente se fortificando pelo seus próprios aspectos culturais. Para definir sob quais relações básicas se estabelece a formação social e econômica, Andrade faz uso do conceito de *sistema de cultura*, Para ele:

“A expressão sistemas de cultura compreende as formas de utilização do solo e os processos utilizados pelo homem para assegurar o sucesso dessa utilização. A expressão engloba a relação existente entre as plantas cultivadas e os animais empregados no trabalho ou criados para fins produtivos, a distribuição desses recursos no interior da exploração, no espaço e no tempo, e os métodos e técnicas empregados pelo agricultor, indicando maior ou menor intensidade da atividade econômica.” (ANDRADE, 1963, p. 217-8)

O caráter das ciências sociais na obra de Manuel Correia de Andrade

As características da obra de Manuel Correia de Andrade centram-se na interdisciplinaridade para o entendimento da realidade social nordestina. Sua metodologia quebrou com a análise estritamente geográfica empirista e integra o método dialético à sua análise com o estudo da formação do espaço das regiões de seu mosaico pelas relações sociais de produção. O autor expressa em seu estudo suas posições sem se ater à neutralidade científica.

Na metodologia de análise das relações sociais do trabalho Manuel

Correia de Andrade teve forte influência do marxismo de modo que usou o caráter interdisciplinar de sua obra *A Terra e o Homem no Nordeste* para explicar a realidade da região utilizando-se do conjunto das ciências sociais, justificando o emprego de tal método através da argumentação de que a especialização da ciência social a direcionava para melhor entendimento setorial e deixava a visão de totalidade em plano secundário. Para ele,

“(…) Não existem várias ciências sociais, mas apenas uma, que, por contingências filosófico-políticas e por necessidade de especialização, foi dividida em uma série de ciências. Os limites que a separam são muito tênues, muito difíceis de ser precisados, havendo áreas do conhecimento para as quais convergem os quadros das várias ciências.” (ANDRADE, 2004, p.23)

Em meados dos anos 1990, Manuel Correia de Andrade dá uma mostra da atualidade de seu campo de pesquisas:

“A análise da natureza do Estado e do papel que ele desempenha, fortalecendo ou enfraquecendo a sua soberania, e o território sobre o qual exerce o seu poder, é fundamental para a compreensão do momento político que ora se atravessa. Também o sistema de relações entre Estados, entre Estado e Sociedade Civil, entre Estados e Empresas, e entre o Estado e as Organizações Não-Governamentais, em constante transformação, é essencial à compreensão do processo de Globalização que o mundo atravessa, na ocasião em que se organizou, como um sistema em escala mundial, o Sistema-Mundo.” (ANDRADE, 1995, p. 13)

Obras e análises após A Terra e o Homem no Nordeste

Já em 1968, Manuel Correia de Andrade começou a produzir um conjunto de obras que retomavam os principais temas das economias dos subespaços em uma zona de atividade econômica controlada por poucos envolvidos na cultura da cana e na pecuária extensiva. Em 1966, Manuel Correia de Andrade publicou *As Paisagens e o Problema do Brasil: aspectos da vida rural Brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico* que é caracterizado pela comparação entre as regiões. Em 1970, publicou *Nordeste o Espaço e o Tempo* em que voltava a análise de seus temas prediletos: a questão agrária na região nordestina e a formação da

economia do meio-norte, nisto o autor enfatiza que devido as raízes da estrutura social colonial, aos baixos níveis tecnológicos desenvolvidos em sua agricultura, de sua pecuária e da diversidade de seu meio natural, geram uma situação em que há uma grande necessidade de reformas mais urgentes.

Manuel Correia de Andrade só retomaria a análise do território nordestino em 1974 e em 1977, com as duas edições do atlas *Geografia Econômica do Nordeste*, dando ênfase as sub-regiões e as zonas geoeconômicas. Nessa obra, o autor fez um balanço da até então atuação da SUDENE admitindo que houve progresso, entretanto apontou o fato de que a influência das medidas tinha menor impacto nas regiões de menor resistência e por isso conseguiram o desenvolvimento econômico com êxito, entretanto nas áreas em que a antiga estrutura colonial ainda tinha traços mais expressivos suas medidas foram detidas por um sistema agroexportador que se fortalece utilizando de seus próprios mecanismos internos. Também em 1974, Manuel Correia de Andrade publicou a obra *Cidade e Campo no Brasil* em que explicita quais os fatores fortalecedores do setor tradicional que foram: o monopólio da terra, o caráter seletivo do crédito rural, a organização preferencial da comercialização agrícola para certos produtos e o baixo nível econômico, cultural e sanitário da população rural.

Na década de 1980, Manuel Correia de Andrade pouco alterou as hipóteses levantadas em suas obras anteriores e se concentrou em acrescentar mais dados e interpretar mudança no âmbito econômico e político. Em 1988, o autor publicou o pequeno texto *O Nordeste e a questão Regional*, o qual ficou marcado pelo fato de relacionar a pobreza da região com a concentração de renda, o contraste entre os níveis de vida das classes trabalhadora e dominante, e a concentração da propriedade fundiária, impulsionando assim o caráter reflexo para o exterior da região, fornecedora de matéria-prima e mão-de-obra pouco qualificada.

Caracterização Geográfica do Nordeste

O Nordeste tem uma grande importância econômica e social no país. O Nordeste ocupa uma vasta região demográfica do país com mais de 18% do território nacional. É uma região que concentram quase 28,6% da população nacional. Apesar de ser uma região subdesenvolvida o nordeste é uma região onde de grandes riquezas em seu território, é um grande produtor de açúcar de cana, produto que foi o primeiro de grande

influência na economia nordestina, principalmente em regiões litorâneas, e álcool, destilado da própria cana. Tem um vasto rebanho e dispõe de recursos minerais expressivos em petróleo, sal marinho entre outros minerais e minérios. As condições de exploração e sujeição da massa trabalhadora nordestina consistem elemento predominante na economia nordestina desde sua colonização, com origens no passado escravista.

A região nordeste apesar ser conhecida e vista no país (Brasil) desde a sua colonização é na realidade um termo novo. A divisão do país em varias regiões teve inicio em 1941 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado durante o Estado Novo. Com essa divisão, o Nordeste que antes, junto com a região Norte, formava uma única região conhecida como 'O Norte', passou a ter uma nova estrutura, em uma primeira divisão a formação da região Nordeste ficou constituída pelos seguintes estados brasileiros: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Sergipe e Bahia nessa primeira divisão ficaram fora da região Nordeste, constituindo assim parte da região do Leste.

Em 1952 houve uma grande seca na região nordeste o que fez o Governo federal instituir um programa para a região a ser instituído pelo Banco do Nordeste do Brasil. O mesmo deveria atuar nas áreas sujeitas à seca. No espaço chamado “polígono da seca” inscreveu-se não somente boa parte da região nordeste (com exceção do Maranhão), mas também o nordeste do Estado de Minas Gerais. A partir dessa modificação o Nordeste passa a delimitar uma vasta área da Bacia do São Francisco. Na mesma década, em 1958, uma outra seca atinge o Nordeste, levando o Governo federal a criar uma Comissão que desenvolveria a Operação Nordeste e a proposta da criação de um grupo de trabalho para o desenvolvimento da região. Esse grupo elaborou um diagnóstico sobre a região Nordeste demonstrando seu Grande problema, assim, nota-se que a questão problemática dessa região não era apenas relacionada a questões relacionadas ao clima da mesma, como e citado abaixo por Manuel Correia de Andrade:

O grande problema da região Nordeste não era de ordem climática, como se afirmava, mas de ordem econômica, face ao atraso em que se encontrava em relação as outras regiões do país e ao fato de a economia, planejada ao nível nacional, fazer com que a região mais pobre subsidiasse o desenvolvimento das regiões mais desenvolvidas.(...)(ANDRADE:1993,pg,08).

Para tentar resolver, ou pelo menos amenizar um pouco dessa questão problemática da região Nordeste, impedindo que esta fosse vista apenas como uma ponte para o desenvolvimento e crescimento das regiões mais ricas do País, o governo federal propôs a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a mesma foi criada com o propósito de planejar e orientar a atuação dos órgãos federais na região. Após a criação da SUDENE a região Nordeste passou a ter uma nova caracterização e uma nova delimitação territorial, assim, a região Nordeste ficou constituído pelos seguintes estados: Maranhão, *Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o território Federal de Fernando de Noronha, que durante a segunda Guerra Mundial foi desmembrado de Pernambuco.*

Estudando mais a fundo a estrutura da economia brasileira podemos observar um alto nível de desigualdade entre as regiões do país. O nível de desigualdade pode ser visto com grande facilidade se compararmos a região Sudeste com a região Nordeste. O sudeste, uma região que passou por um período de estagnação, mas que hoje é uma região bastante desenvolvida em relação às demais regiões e principalmente em relação a região Nordeste, e sua expansão econômica vem sendo beneficiada através das construções de estradas que facilitam a ocupação do seu território e a exportação da produção para outros estados e para fora do país. Manuel Correia de Andrade relata sobre essa desigualdade, conforme citado abaixo:

O Nordeste é uma região de povoamento antigo, de estrutura consolidada, com uma economia em processo de estagnação e foi transformada, desde o século XVIII, em fornecedora de mão de obra ao sudeste.(...)(ANDRADE:1993,pg,10).

Portanto, nota-se que a região nordestina é vista como uma 'fonte' de fornecimento de mão de obra e matérias-primas para a região mais desenvolvida do país, em especial para as regiões Sul e Sudeste.

Analisando os principais problemas de região Nordeste temos a pobreza da maioria da sua população, como um grande desafio a ser enfrentado. É notável que a pobreza que domina essa grande massa da população nordestina é consequência de um processo de desenvolvimento desorganizado onde uma pequena parcela da população tem um grande domínio sobre toda a riqueza desenvolvida por essa região. Manuel Correia de Andrade, cita em um pouco sobre essa má distribuição da riqueza produzida

por essa região e o poder que algumas pessoas tem sobre a distribuição dos fatores econômicos nordestinos, citados abaixo:

Ela (a pobreza da região Nordeste) é comandada por um sistema que beneficia os grupos dominantes que se opõem a qualquer transformação estrutural que possa tocar nos seus interesses e que até se beneficia dos flagelos das secas, captando verbas que dinamizam o seus negócios e consolidam o seu poder político. [...]. A pobreza é útil ao grupo dominante para obter mais recursos e favores oficiais, em uma federação em que as regiões mais ricas se beneficiam do crescimento econômico das mais pobres.
(ANDRADE:1993,pg,47,48)

É essa forma de hierarquia que realmente acontece nas regiões, Norte e Nordeste, que são consideradas como regiões dominadas pelas regiões consideradas dominantes. Portanto torna-se pertinente analisar, nos moldes da hipótese de Manuel Correia de Andrade, como se formou as estruturas de dominância.

O presente trabalho visa levantar as hipóteses de Manuel Correia de Andrade sobre o desenvolvimento e formação do atual estado da mão de obra nordestina, estando este dividido em três sessões. Inicialmente, foi realizado levantamento e análise do sistema produtivo nordestino, contemplando o período dos séculos XVI ao XIX, em que era dominante o escravismo.

Na sessão seguinte, são levantadas e analisadas as hipóteses referentes a transição trabalho escravo-trabalho assalariado nos séculos XIX e XX. Por fim, foi realizado o levantamento de dados referentes às hipóteses de Manuel Correia de Andrade acerca do processo de urbanização concluindo assim o último e pertinente fator transformador da estrutura social de produção em que os trabalhadores nordestinos se incorporam.

A Escravidão e os primeiros três séculos da economia nordestina

Durante o primeiro século após o descobrimento do Brasil a exploração das terras Brasileiras foi voltada à extração de recursos naturais, como o pau-brasil. O Nordeste foi para tal o principal caminho para escoamento de mercadorias para a Europa. Foi somente com o estabelecimento de certo contingente de pessoas, nas guarnições voltadas a ocupação territorial, que se formou um cenário capaz de sustentar

o desenvolvimento de uma cultura agrícola, sendo que somente no final do século XVI e início do século XVII é que ocorreu a aceleração do crescimento da cultura da cana-de-açúcar por toda a área litorânea e em menor grau em área banhadas pelos maiores rios da região. Quanto à estruturação da cultura da cana e ampliação da exploração das terras do Nordeste, Manuel Correia coloca o seguinte, no que se refere a fixação da população portuguesa no nordeste:

(...) A cana de açúcar seria, assim, o fator de fixação portuguesa que utilizou, inicialmente as terras das várzeas da zona da mata pernambucana e os massapés do recôncavo Baiano.(ANDRADE: 1993, p.14)

Durante o momento inicial, final do século XVI e início do século XVII, de expansão do que viria a ser denominado Ciclo da Cana⁴, a exploração do território era realizada com o emprego de mão de obra escrava indígena, que eram tirados de suas aldeias por feitorias para trabalhar no plantio da cana. Ao mesmo tempo, suas ocas eram destruídas. No entanto, desde o início do processo de implantação da cultura da cana, a mão de obra viria a ser um problema, tendo em vista que os indígenas, com maior conhecimento do território que já lhes era o lar há gerações, passaram a se adentrar na mata e procurar no sertão novos locais para se estabelecer, dificultando o abastecimento dos engenhos. Manuel Correia de Andrade assim enfatiza o problema:

Mas o problema principal, o mais sério era o da mão-de-obra, de vez que os trabalhadores eram necessários não só à cultura da cana-plantio, limpa e colheita – como também à fabricação e ao transporte do açúcar e ainda à cultura de mantimentos e aos serviços domésticos.(...)”(ANDRADE: 1963, P.64)

Desse modo, o suprimento de mão de obra logo tornar-se-ia um empecilho para a maior dispersão da cultura no território das capitanias. A solução para o problema apareceu com o início das importações de escravos negros do continente africano. Esse tipo de mão de obra escrava tinha grandes vantagens aos senhores de engenhos por: (I) já estar familiarizada com a forma de produção agrícola extensiva, a mesma que utilizara no continente africano e, (II) ser pouco propensa à fuga, por estar em um novo território desconhecido e que lhe era hostil. Assim, com base em mão de obra escrava, se formaram as primeiras estruturas de relações trabalhistas no Nordeste e essas circularam em torno da imagem e atividade dos engenhos da cana.

4

Veja-se FURTADO (1996).

Os engenhos de cana do litoral e da mata foram a primeira forma de estrutura social, econômica e política a ser estabelecida de fato na região. Dariam poder de ascendência a uma oligarquia sobre as demais na hierarquia das classes da sociedade nordestina. Manuel Correia de Andrade, em seu livro “*A Terra e o Homem no Nordeste*”(1963) assim define tal oligarquia:

Cada engenho era uma unidade econômica que reunia grande número de pessoas. Geralmente, além do senhor-de-engenho, viviam no mesmo branco: o capelão, o mestre de açúcar, o banqueiro, o mestrepurgador, o feitor e os lavradores(...)(ANDRADE: 1963, P.69)

É importante destacar que dentro das camadas do que vinha a ser conhecido como a cadeia produtiva do açúcar já era incorporado o trabalho assalariado. Entretanto, esse era realizado em menor proporção ao trabalho escravo, podendo se estimar que durante os séculos XVII e XIX uma variação na proporção de trabalhadores assalariados entre 5 a cada 20 escravos e uma proporção de 5 a cada 30, com a intensificação do tráfico negreiro entre as colônias portuguesas.

Destaca-se no desenvolver da cultura da cana no Nordeste o período conhecido como a invasão holandesa de Pernambuco. Vale para esse momento desmentir as noções de que a chegada dos holandeses traria consigo uma mudança radical nas estruturas produtivas da época, tendo em vista que a invasão repercutira em uma apropriação das terras coloniais pelos holandeses que só o fizeram para obter as vantagens referentes às receitas dos engenhos, que no momento eram um atividade altamente rendosa. Assim, Manuel Correia de Andrade caracteriza a intenção dos holandeses como:

A intenção dos holandeses não era destruir esta civilização já consolidada, mas tomar aos portugueses. Fariam modificações de superestrutura, mas na realidade manteriam intactas as instituições econômicas bem rendosas na época(...)(ANDRADE: 1963, P.67)

Dessa forma, foram mantidos os engenhos sendo que agora sob direção dos holandeses, que passaram a ser os novos senhores. Destaca-se, no entanto que esse período fora favorável à mobilidade dentro da cadeia produtiva, tendo em vista a possibilidade de ascensão de escravos negros a funções como as de mestres do açúcar. Assim quanto à formação estrutural da hierarquia social, as mudanças com a invasão holandesa não ultrapassaram o nível conjuntural, não tendo efeito desestabilizador sobre

as instituições econômicas estabelecidas, e assim mantendo as relações entre os senhores de engenhos e as demais classes sociais com menor poder de decisão.

O Trabalho assalariado e a mão de obra nas regiões do agreste e sertão.

O século XIX foi de importante repercussão para o modo como a mão de obra se insere dentro das estruturas produtivas. O crescente custo da mão de obra escrava se tornará um problema para os senhores de engenho, que necessitavam cada vez de desembolsos mais vultosos para obter um contingente de escravos que não possuíam uma expectativa de vida longa e necessitavam substituição. Foi pela dificuldade de importação de mão de obra escrava do continente africano, devido às restrições impostas por países como a Inglaterra⁵, que surgiu a possibilidade da maior utilização do trabalho assalariado, destacando-se a forte dependência imposta pelo senhores de engenhos ao criar uma nova forma de exploração da força de trabalho sem oferecer a capacidade dos trabalhadores de se desvencilhar da unidade econômica que os engenhos formavam. Manuel Correia de Andrade caracterizou esse processo de incorporação do trabalho assalariado da conforme o abaixo citado:

Era frequente nessa região os senhores-de-engenho, por não poderem adquirir escravos devido a seu alto custo, para suprir a necessidade de braços, facilitarem o estabelecimento de moradores em suas terras, com a obrigação de trabalharem para a fazenda.(...)(ANDRADE:1963, P,96)

Portanto, se formava um sistema produtivo em que os trabalhadores possuíam a posse de pequenas áreas de terra onde tinham uma casa que deviam aos senhores de engenho, além de dependerem das mercearias geralmente pertencentes aos senhores, nas quais contraíam dívidas que não tinham condições de pagar e que os forçava a permanecer no engenho empregando sua única verdadeira propriedade a força braçal, gerando-se assim uma economia com alto grau de dependência e concentração seja de terras como de renda.

⁵ Como, por exemplo o *Bill Aberdeen*, de 1845, ato britânico que permitiu a qualquer navio inglês afundar e pilhar um navio negreiro em alto-mar. Essa medida teve forte efeito repressivo no tráfico de escravos.

Dentro da subdivisão territorial feita por Manuel Correia de Andrade nas três regiões definidas no capítulo 1, destaca-se o agreste como a área de maior número de pequenos proprietários de terra, que as utilizavam em sua grande maioria para atividade de pecuária, com predominância de bovinos e caprinos, e de agricultura, ambas voltadas à complementaridade e suprimento das regiões adjacentes. Esse ponto é relevante para expor uma região geográfica em que se fundamentou a classe média nordestina, que por possuir terras próprias, era capaz de manter seu nível de renda acima dos trabalhadores sem terras e não depender de forma tão acentuada das economias dos engenhos. Pode-se citar essa forma produtiva no agreste da seguinte forma:

(No agreste)Estes pequenos proprietários de terra formam, inegavelmente uma classe média rural que tem nível de vida bem inferior ao dos grandes e médio proprietários, mas um situação econômica e social bem superior à dos trabalhadores sem terra.(...)(ANDRADE: 1963, P.152)

Atualmente, essa classe média que possui pequenas propriedades está sendo absorvida pelas médias empresas, e o agreste que antes pertencia à pecuária e a culturas complementares. A economia da cana-de-açúcar tem sido cada vez mais explorada pela indústria da cana que, com aprimoramento dos meios de produção, torna o plantio em solo menos produtivo para a cultura rentável, forçando as antigas culturas a incorporar parcelas cada vez maiores do sertão.

No sertão, a principal atividade absorvedora de mão de obra até a década de 1980 seria a pecuária denominada por Manuel Correia de Andrade como a “desbravadora” do sertão e as agriculturas de subsistência. Nessas atividades, os trabalhadores passam por grandes dificuldades, devido às características climáticas e sociais. É importante ressaltar que tal não se dá devido a um índice pluviométrico que seja capaz de manter a produção constante por longos períodos de tempo, sendo característicos da região os longos períodos de secas que eliminam grande parte da produção. Há, sobretudo, falta de comprometimento social com investimentos de infraestrutura e inclusão social capazes de abastecer a região, beneficiando assim as atividades litorâneas que se utilizam da mão de obra vinda do sertão. De acordo com Manuel Correia de Andrade:

Estes trabalhadores prestando serviços por todo o dia, às vezes em jornadas que se estendem por mais de dez horas de trabalho, percebem diárias de acordo com a especialidade e a produção de cada um. Salários que não lhes podem dar condições de existência, mesmo

modestas. A contribuição das lavouras de subsistência à manutenção dos moradores, tão salientada pelos apologistas da atual estrutura social do campo no Nordeste, é quase insignificante(...)(ANDRADE: 1963. P.202)

Portanto, percebe-se que dentro de uma das regiões mais prejudicadas pelo meio ambiente, caracteriza-se a exploração de uma mão de obra em situação de miséria com grandes jornadas de trabalho que não geram renda suficiente para o trabalhador que lhe dê capacidade de subsistir, forçando muitos a migrarem para as áreas litorâneas ou para outras regiões, em época de secas prolongadas esse processo se dá de maneira acentuada, o que leva à ampliação do processo do êxodo rural.

Durante a formação das estruturas produtivas e sociais do sertão deve se levar em consideração a pequena intensidade do trabalho escravo utilizado, que devido às condições ambientais, aos grandes custos de transporte e a baixa produtividade das terras não foi incorporado durante o período colonial, sendo que o trabalho assalariado fora o escolhido para a expansão da pecuária extensiva por dentro do sertão. Quanto à não aplicação do trabalho assalariado no sertão Manuel Correia explicita:

(...) Numa área em que quase a cada decênio havia uma grande seca dizimando o gado e provocando a migração dos proprietários mais sólidos, não poderia dar bons resultados o emprego de grandes cadeias de escravos. (...) (ANDRADE: 1963, P. 178)

Dessa forma, o “imperialismo” da cana-de-açúcar característico da economia nordestina até o início do século XX se utilizou de uma relação de dependência da principal atividade econômica realizada no sertão para criar um vínculo de “serventia” dos interesses da maior região abrangida no Nordeste, o sertão, para com os interesses das atividades financiadoras e estruturantes da hierarquia de classes dividida não somente por nível de renda, mas também por localização geográfica.

É possível perceber que, durante o desenvolvimento da economia nordestina nos últimos cinco séculos, as mudanças na forma da estrutura social de produção do Nordeste têm ocorrido geralmente de maneira conjuntural, de forma que somente destaca-se de maneira acentuada a ampliação do trabalho assalariado decorrido no século XIX e início do século XX. Entretanto, essa mudança na estrutura como um todo

foi realizada de forma a manter as bases de dependência intactas e teria caráter reacionário a uma tendência que não somente vinha do nível nacional, como também do internacional, com as dificuldades impostas ao tráfego negreiro. Sobre essa estrutura social reacionária e perpetuada no tempo, Manuel Correia de Andrade explicita:

Ao se analisar as estruturas sócias nordestinas torna-se difícil enquadrá-las, com uma certa rigidez, nos padrões clássicos marxistas ou weberianos(ANDRADE: 1993, p.25)

Esse fator de rigidez das estruturas sociais é um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento econômico da sociedade nordestina e faz-se necessária, ainda hoje, a intervenção do Estado, na forma de reforma agrária e inclusão social que dê as classes menos favorecidas a oportunidade de superação de sua condição de dependência, para que se possa realizar a quebra do ciclo de perpetuação do subdesenvolvimento caracterizado por Manuel Correia de Andrade.

A urbanização do Nordeste

Durante a segunda metade do século XX, um processo de ampliação do setor de serviços inicia-se de maneira que o Nordeste é excluído da tendência nacional. A tabela 2 mostra o PIB a custo de fatores, discriminado em três setores da economia nordestina, em valores percentuais da participação, tendo como unidade de medida o Real a preços de 1980. Além disso, explicita também o valor total produzido a preços de fatores dentro do Nordeste.

Tabela 02. PIB a custo de fatores(1965/1995)

ANOS	SETORES ECONÔMICOS		
	Participação no PIB da Agropecuária (%)	Participação no PIB da Indústria (%)	Participação no PIB dos Serviços (%)
1965	28,94736842	23,15789474	47,89473684
1970	20,93023256	27,39018088	51,67958656
1975	23,90788224	27,61158594	48,48053181
1980	17,25695989	29,33914436	53,40389576
1985	16,22967586	30,15030178	53,62002236
1990	12,82823469	27,50083154	59,67093377
1995	10,16728888	20,02815208	69,80455904

Fonte:SUDENE. Agregados econômicos regionais do Nordeste do Brasil 1965-98,Recife, 1999,p.17

A tabela acima mostra um processo de concentração na produção no setor de serviços. Quanto a essa característica, Manuel Correia de Andrade atribui a forma como esse processo foi implantado o aumento considerável da representação da população urbana em relação ao total de habitantes do Nordeste. Pode-se observar que, no decorrer das décadas de 1960 a 1990, a representação do total produzido no setor de serviços aumentou de aproximadamente 47% para cerca de 69,80%. Ao mesmo tempo, a participação da agricultura perdeu importância relativa, partindo de um patamar de aproximadamente 20% em 1970, ganhando participação até 1975, e atingindo o valor de

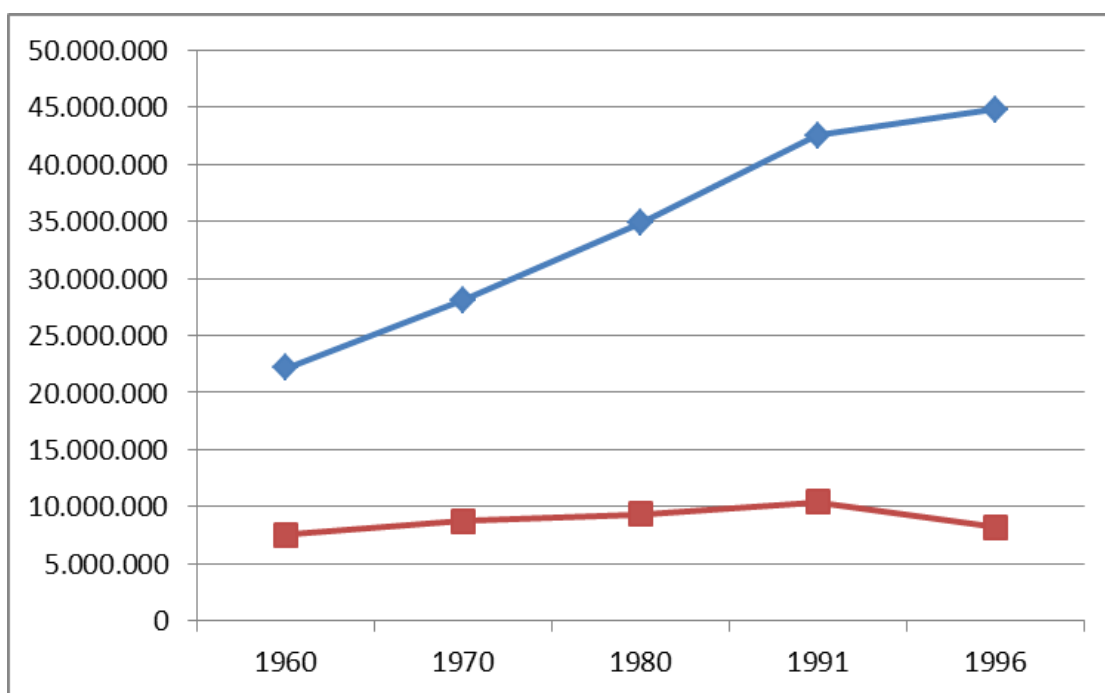
23% da produção, mas em seguida perdendo importância chegando ao valor de 10,16% em 1995. Por fim, a indústria mostrou crescimento, impulsionado pela expansão das usinas, em sua participação até o ano de 1985 atingindo uma taxa de 30,15% da participação no PIB, entretanto devido às políticas econômicas associadas à posição do Governo Federal da época de contenção do processo inflacionário, a indústria nordestina reverteu seu processo de crescimento, e passou até o final do período estudado com perda em sua participação na composição do PIB, chegando em 1995 ao patamar de aproximadamente 20% do PIB. Quanto ao aumento da importância da indústria, Manuel Correia de Andrade caracteriza como se segue:

A industrialização porém não foi uma grande absorvedora de mão-de-obra não-qualificada ou pouco qualificada, nem impediu que o processo de marginalização dos migrantes que vinham para cidade fosse detido, nem que continuasse a haver uma expressiva migração dos trabalhadores rurais para o Sudeste, o Sul e o centro-oeste, até durante os anos sessenta, e para as áreas periféricas e subpovoadas do próprio Nordeste, nos anos setenta. Assim ocorreu no Nordeste uma transferência expressiva da população do meio rural para o urbano, numa ocasião em que as cidades não tinham condições de oferecer oportunidade de trabalho aos migrantes, ocasionando a queda da qualidade de vida urbana (...)(ANDRADE: 1993, p.24)

Assim, o processo de industrialização implantado no Nordeste com a expansão das usinas e a criação do setor cloro-químico decorreu da migração de mão de obra qualificada das regiões mais desenvolvidas do país para os centros industriais, que se localizavam na zona urbana do litoral. Com isso, a expectativa de crescimento e geração de empregos causou euforia nas regiões beneficiadas, o que fez com que se formasse um cenário de atração da população das regiões do agreste e do sertão. Essa população, ao chegar à urbe, defrontava-se com uma concorrência que não era capaz de vencer, devido à característica histórica de pouca especialização, terminando por se aglomerar em favelas que resultaram na geração de um novo contingente de problemas urbanos.

A alocação da mão de obra em Manuel Correia de Andrade, com alta concentração das terras e com o atual processo de urbanização descontrolada, é outro dos principais problemas estruturantes que impedem a superação da condição de subdesenvolvimento, o gráfico abaixo representa a população total com mais de 16 anos de idade a população ocupada na agropecuária no Nordeste durante o período de 1970 e 1995.

Gráfico 01. Evolução da população total do Nordeste e população ocupada na agropecuária



Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br>; <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>

O gráfico acima mostra como o crescimento a população total do Nordeste se perpetrou no decorrer das décadas de 1970 e 1980, chegando até 1995, saindo de um patamar de 22 milhões de habitantes, ultrapassando a marca de 35 milhões de habitantes em 1985, terminando por se elevar até 44 milhões de habitantes em 1995. Durante o mesmo período, houve a perda de participação do pessoal empregado na agropecuária que saiu de uma representação de 31,09% em 1970 chegando ao nível de 16,13% em 1995.

Paralelamente ao progresso de crescimento populacional, houve um respectivo aumento da qualidade de vida em toda a região refletido como uma ampliação na esperança de vida dos trabalhadores, nesse caso a ampliação do acesso a melhores condições médicas. A tabela 3 apresenta a evolução da expectativa de vida no Nordeste no período de 1940 a 1991.

Tabela 03: Evolução da esperança de vida no Nordeste

Período	Esperança de vida (Anos de vida)
1940	36,68
1950	38,94
1960	40,98
1970	45,54

1980	58,25
1991	62,88

Fonte: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>

Entre a década de 1940 e 1990, houve um aumento de 71,42 % da esperança de vida da população nordestina, na década de 1940 a esperança média de vida era de 36 para 37 anos, aumentando na década de 1950 para 39 anos de idade, e continuando em alta até 1990 atingindo um nível de 63 anos. No entanto, esse avanço deve ser denotado como um fator externo ao caráter de desenvolvimento da estrutura social produtiva já que, como coloca Manuel Correia de Andrade, essa estrutura é absorvedora de aspectos conjunturais.

A tabela 04 explicita o valor em quilômetros quadrados da superfície ocupada pelos territórios estaduais, suas respectivas populações e divisão da população pelo território abrangido a densidade demográfica no ano de 1986. Essa tabela é disposta para mostrar o corte temporal identificando a maior densidade demográfica na área litorânea e da mata.

Tabela 04. Superfície e população dos estados nordestinos em 1986

Estados	Superfície(Km2)	População(hab.)	Densidade demográfica
Maranhão	328663	4490400	13,6
Piauí	250934	2567400	10,2
Ceará	148016	6239400	42,2
Rio Grande do norte	53015	2236200	42,2
Paraíba	56372	3152600	55,9
Pernambuco	98281	7114600	72,4
Alagoas	27731	2342300	84,5
Sergipe	21994	1369000	62,2
Bahia	561026	11304400	20,1

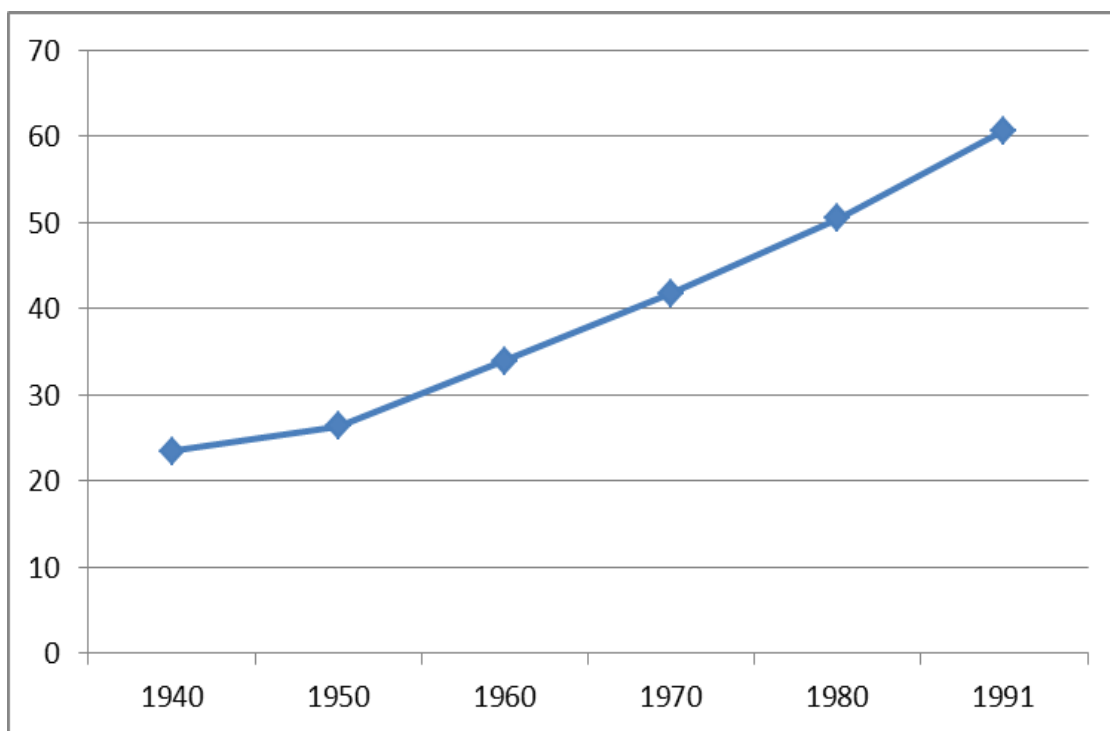
Fonte: ANDRADE, M: 1993, p.17

A tabela anterior mostra que a densidade demográfica em meados da década de 1980 mostrava se mais elevada em estados com maior proporção territorial do litoral e da mata, sendo que, por exemplo, Alagoas é o estado com maior parcela proporcional de terras nas áreas litorâneas e possui uma densidade demográfica de aproximadamente 84 habitantes por quilômetro quadrado. Esse fato também é influenciado pelo processo de urbanização e êxodo rural, tendo em vista que os maiores centro urbanos, como Recife e Salvador, se localizam no litoral. Dessa forma, a urbanização teria suas bases

voltadas à concentração nos centros urbanos criados inicialmente como cidades e transporte, ou escoamento de mercadorias.

Por fim, destaca-se o crescente processo de urbanização com o gráfico 02, que demonstra a evolução da taxa percentual da população nordestina que reside dentro dos territórios dos centros urbanos no período entre a década de 1940 e 1990⁶.

Gráfico 02. Evolução da taxa percentual de urbanização.



Fonte: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br>

O Gráfico acima mostra uma taxa de urbanização crescente, sendo que na década de 1940 a população residente nos centros urbanos do Nordeste representavam 23,42% da população total da região, durante as décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 a taxa de representação elevava-se a patamares respectivamente de 26,4; 33,89; 41,81% e 50,46%; e chegaria em 1991 ao valor representativo de 60,65%. Esses valores, associados à perda da importância de pessoal ocupado, como demonstrado no gráfico 01, mostram um cenário coerente com o traçado por Manuel Correia de Andrade na obra *O Nordeste e a Questão Regional*. Houve um aumento da concentração nas regiões urbanas que resultariam em dois problemas

⁶ O censo realizado na década de 1990 foi realizado com atraso por medida política governamental durante o governo Collor(1990-1992).

sociais que deveriam ser controlados como medidas de desobstrução de barreiras ao desenvolvimento econômico da região esses problemas seriam:

1. O êxodo rural forçado pelo medo e vontade de preservação do poder dos proprietários de terras, nesse ponto Manuel Correia afirma que “*Isto não ocorre no Nordeste onde o campo está se despovoando em consequência da expulsão dos trabalhadores(...)*”(ANDRADE.1993)
2. O processo de expansão desordenada das cidades que geraria aumento da violência, da taxa de desemprego e expansão dos empregos informais.

É possível afirmar que, dentro do período analisado que abrange um corte histórico das décadas de 1940 a 1990, recorte de tempo adotado por englobar parte do tempo referido na obra de Manuel Correia dando ênfase no processo de urbanização, pode-se notar uma sintonia com o que foi explicitado pelo autor como fuga de população aos centros urbanos, processo esse que explica a crescente participação do setor de serviços na economia nordestina.

Bibliografia

ANDRADE, M. C. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2ª. Edição, 2004 (1995).

ANDRADE, M. C. *O Nordeste e a questão regional*. São Paulo: Ática, 1993.

ANDRADE, M. C. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, M. C. *Os rios-do-açúcar do Nordeste oriental os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel*. 2ª ed. Vol.1 Maceió: Edufal, 2010.

ANDRADE, M. C. *Usinas e destilarias das Alagoas uma contribuição ao estudo da produção do espaço*. 2ª ed. Vol.2 Maceió: Edufal, 2010.

Bases de dados:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>

Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe: <http://www.cepal.org>

Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas: <http://www.ipeadata.gov.br/>